

BRUNIR O ARTESANATO, REDESENHAR O PRESENTE: PRÁTICAS DE OLARIA POR MULHERES ARTESÃS ARATUIPENSES

BRUNIRING THE ARTISANS, REDESIGNING THE PRESENT: POTTERY PRACTICES BY WOMEN ARTISANS ARATUIPENSES

BRUNIR LAS ARTESANAS, REDISEÑAR EL PRESENTE: PRÁCTICAS ALFARERAS DE ARTESANAS ARATUIPENSES

DOI: 10.26512/ser_social.v27i57.45584

Maria Asenate Franco

Orcid: Maria Asenate Conceição Franco (0000-0003-4194-7973)

currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5748139784337809>

E-mail: masenatecf@gmail.com

MINI CURRÍCULO: Preta Mulher, Mulherista Africana, Candomblecista, Professora, Assistente Social, Pedagoga, Graduanda em História, Pesquisadora da temática sobre Educação, Mulheres Negras, Juventude Negra, Territórios Rurais e Direitos Humanos. Escritora, Especialista em Gestão Pública, Mestra em Políticas Sociais e Cidadania, Doutora em Mulheres, Gênero e Feminismos; Pós-doutora em Arquitetura e Urbanismo/ Mulheres feirantes e o direito à cidade. Líder do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Educação, Negritude e Gênero- GPSSENGÊ

RESUMO

Este artigo resulta da pesquisa pós-doutoral realizada entre 2021 a 2023, em Maragogipinho – Aratuípe, na Bahia, com foco no em mulheres negras artesãs e feirantes. Objetiva-se discutir o protagonismo de mulheres negras e suas práticas de olaria, considerando o trabalho enquanto locus de preservação ambiental e resistência sociocultural. Problematisa-se como as práticas de olaria adotadas por essa comunidade tradicional de oleiras atuam de forma responsável no meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das cidades feirantes, ao mesmo tempo em que as artesãs resistem

à secundarização e objetificação da categoria mulher negra. Realiza-se, desse modo, um estudo teórico e prático, que inclui visita de campo, entrevista às mulheres artesãs de Aratuípe e registro em diário de campo/percursos urbanos. Defende-se que essas mulheres, majoritariamente negras, formam, no Território do Baixo Sul, um polo de resistência afrocultural e protagonismo feminino, atinente à preservação ambiental na transformação do barro e desenvolvimento das cidades.

PALAVRAS-CHAVE

Artesanato. Protagonismo feminino negro. Mulheres artesãs. Mulheres feirantes. Desenvolvimento das cidades.

ABSTRACT

This article is the result of a post-doctoral research in progress, in which the protagonism of women artisans in pottery is approached. The objective is to discuss the pottery practice carried out by such women, in the context of the Maragogipinho district - Aratuípe, in Bahia, considering the work as a locus of environmental preservation and resistance to social exclusion. As a problem of study, it is evident how the pottery practices adopted by this traditional community of potters act responsibly in the environment, contributing to the sustainable development of market towns, while artisans resist social exclusion. In this way, a theoretical and practical study is carried out, which includes a field visit, interviews with women artisans from Aratuípe and recording in a field diary/urban routes. Alongside the theoretical-critical framework used, it is argued that these women, mostly black, form, in the Baixo Sul Territory, a pole of Afrocultural resistance and female protagonism, concerning environmental preservation in the transformation of clay and the development of cities.

KEYWORDS

Craftsmanship. Female protagonism. Black women artisans. Fair women. Development of cities.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de una investigación posdoctoral en curso, en la que se aborda el protagonismo de las mujeres artesanas en cerámica. El objetivo es discutir la práctica alfarera realizada por esas mujeres, en el contexto del distrito de Maragogipinho - Aratuípe, en Bahia, considerando el trabajo como un lugar de preservación ambiental y de resistencia a la exclusión social. Como problema de estudio, se evidencia cómo las prácticas alfareras adoptadas por esta tradicional comunidad de alfareros actúan responsablemente en el medio ambiente, contribuyendo al desarrollo sostenible de los pueblos de mercado, mientras los artesanos resisten la exclusión social. De esta forma, se realiza un estudio teórico y práctico, que incluye visita de campo, entrevistas a mujeres artesanas de Aratuípe y registro en un diario de campo/rutas urbanas. Junto al referencial teórico-crítico utilizado, se argumenta que estas mujeres, en su mayoría negras, forman, en el Territorio del Baixo Sul, un polo de resistencia afrocultural y de protagonismo femenino, en torno a la preservación ambiental en la transformación de la arcilla y el desarrollo de las ciudades.

PALABRAS CLAVE

Artesanía. Protagonismo femenino. Mujeres negras artesanas. Mujeres justas. Desarrollo de las ciudades.

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A profissão do Serviço Social e sua literatura apresentam ainda lacunas para o debate sobre a população negra e o direito à cidade, à mobilidade urbana e ao acesso aos centros urbanos, sendo esta população parte constitutiva do processo de construção das cidades. De igual modo, a representação tecno-artística, sobretudo aquelas relacionadas ao artesanato, tem desconsiderado as mobilizações culturais, trabalhistas e políticas que essas práticas envolvem, o que faz com que tais representações incidam no âmbito do folclórico, do exótico.

Na contramão dessas perspectivas, este estudo, que tem por orientação teórico-política as diretrizes de atuação do Serviço Social, entende que a atividade artesanal de olaria reúne tradição, inovação, cultura e conhecimentos populares/religiosos na feitura das imagens/utensílios a partir do barro. Na condição de técnica artística, no Brasil, envolve-se, ainda, inter-relações com a cultura afro-brasileira, indígena e portuguesa. Desenvolvida em algumas regiões do país, a olaria também encontrou solo fértil em território baiano, sendo uma fonte de renda e criatividade para mulheres, sobretudo negras ou, ainda, afro-indígenas, dada a perspectiva populacional da região abrigar ancestralidades indígenas e da diáspora africana. Essa é, ao mesmo tempo, uma atividade ancestral cultural e comercial, que possibilita às artesãs a continuidade da sua sobrevivência, especialmente a partir da venda dos seus produtos em feiras itinerantes, bem como pelo ensinamento das práticas do trabalho com o barro às mais jovens.

Este artigo, com base na análise sobre a arte do trabalho com o barro nas olarias e a comercialização desse trabalho em feiras sazonais, busca realizar um recorte da pesquisa pós-doutoral realizada entre 2021 a 2023, concentrando-se, tematicamente, em uma abordagem sobre o protagonismo de mulheres negras artesãs na olaria. De forma mais específica, tem-se como objetivo discutir o protagonismo de mulheres negras e suas práticas de olaria, considerando o trabalho enquanto *lócus* de preservação ambiental e resistência sociocultural, no contexto do distrito de Maragogipinho, na cidade de Aratuípe – BA. Busca-se, desse modo, debater como essas mulheres, ao mesmo tempo em que trabalham em técnicas ancestrais com o barro, inserem-se de forma responsável numa cadeia produtiva e comercial, que, de igual modo, as exclui, negando-lhes benefícios sociais e acesso a políticas públicas, bem como o reconhecimento da sua arte, do seu trabalho.

Assim, a questão central de estudo que impulsiona este artigo se relaciona, desse modo, às conexões entre o protagonismo feminino na olaria de Maragogipinho, à invisibilidade social e ao desenvolvimento das cidades. Para tanto, questiona-se: como as práticas de olaria adotadas por essa comunidade tradicional de artesãs atuam de forma responsável no meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das cidades feirantes, ao mesmo tempo em que as artesãs são socialmente excluídas? Destaca-se que se entende o termo invisibilidade exclusão social a partir do campo do Serviço Social, como o não acesso às políticas públicas de bem-estar social, que permitam uma melhor qualidade de vida, em diálogo com os direitos socioambientais de comunidades tradicionais.

Referente à metodologia, na pesquisa pós-doutoral, realizamos estudo de abordagem teórica, a partir da revisão bibliográfica dos principais temas que direcionam a pesquisa, bem como uma abordagem prática, efetivada a partir da visita de campo e entrevista às mulheres artesãs de Maragogipinho, com posterior discussão de resultados pautada na análise de conteúdo. Tratando-se deste artigo, a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica alinhada às nossas primeiras impressões de pesquisadora, compiladas em diário de estudo, em visitas iniciais à comunidade de Maragogipinho, Aratuípe – BA.

Assim, estruturamos este artigo em quatro seções, a contar com a presente introdução, na qual são apresentadas as principais diretrizes do estudo. A seguir, realizamos uma contextualização sobre o nosso processo de pesquisa em meio ao cenário das olarias, caracterizando também Maragogipinho e o seu entorno. Posteriormente, há uma seção concentrada no protagonismo feminino e práticas de olaria, numa abordagem que dialoga com o desenvolvimento comercial, direito socioambiental e invisibilidade social, a partir do campo do Serviço Social. Por fim, apresentamos as nossas considerações finais – e continuamente em processo – sobre a temática discutida.

2. CAMINHOS ITINERANTES DE UMA PESQUISA EM MEIO AO CENTENÁRIO ESPAÇO DA OLARIA EM MARAGOGIPINHO

A visita ao distrito de Maragogipinho, pertencente ao município de Aratuípe, na Bahia, é algo que já fazíamos com frequência. Foi dessas visitas e da percepção do trabalho artesanal das feirantes que surgiu a nossa pesquisa pós-doutoral. Entretanto, visitar a comunidade na condição formal de pesquisadora trouxe ressignificações à pesquisa, pois isso conduziu ao recorte deste artigo, que entrelaça a atividade laboral das mulheres ao protagonismo feminino na arte de dar vida às cerâmicas, com técnicas distintas entre as mulheres mais velhas e as mais novas, conforme será apontado ao longo do texto.

Realizou-se, assim, um estudo por abordagem teórica, bem como pelas visitas de campo, compreendendo o total de seis viagens ao distrito para o contato com artesãs feirantes. Os registros em diários de campo foram responsáveis pelas contribuições tanto das narrativas, quanto da percepção como pesquisadora, a partir de uma perspectiva teórico-empírica no Serviço Social. No que tange a esse entendimento, desenhou-se uma trajetória, metodologicamente, para reconhecimento das agentes estudadas e das riquezas que compõem Maragogipinho. Isso compreende a visita às olarias, às casas das artesãs para entrevistá-las, às lojas, a caminhada nas ruas dessa localidade e o encontro com as artesãs realizando trabalhos artesanais na praça, escolhida como espaço criativo e inspirador. Para essa discussão, a troca de saberes se refere às memórias evocadas, por mulheres guardiãs dos saberes tradicionais aprendidos com as suas mestras, sobre a cultura do trabalho com o barro.

Diante dessa análise, a proposta materializada por este estudo seguiu o curso para identificação relevante de como o protagonismo feminino das oleiras feirantes ressigni-

fica o processo de sociabilidade urbana e ambiência no tocante às transformações das cidades do Recôncavo baiano. Para fins de contextualização, essa é uma região de rios, braço de mar e terrenos que constituíram no passado baiano, entre 1850 e 1950, uma região de fortíssima atividade econômica, movimentada pelos saveiros. Alguns produtos tinham destaque na produção dessa região, como a farinha e os caxixis. Com o passar do tempo, houve uma estagnação na economia saveira. Contudo, há, ainda, em certa parte do território, a produção de objetos de barro num conjunto pequeno de olarias, que movimenta a economia local, produz a realização de feiras e emprega uma mão de obra feminina. Esse setor profissional tem como matéria prima as argilas, coloquialmente denominado como barro.

Nesse cenário cultural do século XVII teve como destaque o território do recôncavo Sul baiano, na produção de artesanato cerâmico. O trabalho aí desenvolvido reflete ensinamentos geracionais traduzidos em herança ancestral (Alvares, 2019). O arcabouço metodológico realizado pelas técnicas, práticas e o como fazer a partir da tradição oral utilizada, iniciada no XVI, foi a maneira encontrada pelas populações negra e ameríndia para ressignificar a sabedoria ancestral e elevá-la à condição de saberes imateriais. Saberes imateriais, nesse contexto, são todos os conhecimentos registrados nas memórias de quem aprendeu e de quem se sentou para ensinar essa técnica ancestral.

No que tange à cidade de Aratuípe, entre o século XIX e início do século XX, era sediada no município de Nazaré. Em 1944, passa então à condição de cidade e Maragogipinho a seu distrito (IBGE, 2017). Aratuípe compõe o Perfil dos Territórios de Identidade e apresenta menor índice nos quesitos renda, produto interno bruto – PIB, população e vínculos de empregos formais, quando comparado ao conjunto de cidades do território do Baixo Sul (Bahia, 2016). Observamos, todavia, a ausência de dados alusivos ao trabalho realizado nas olarias de Maragogipinho, no tocante à comercialização das cerâmicas.

Quanto a Maragogipinho, está sediado no Território de Identidade do Baixo Sul, espaço geocultural também conhecido como Recôncavo Sul. As mulheres, frequentemente, realizam o trabalho com o barro em casa, na praça, reunidas, mantendo uma atividade ancestral de trabalho e prática comunitária. Esse contexto, dada a presença da forte cultura afro-brasileira e afro-indígena na região do recôncavo baiano, possibilita a leitura da comunidade local feminina no âmbito dos povos tradicionais.

Em 2004, Maragogipinho ganhou prêmio por ser reconhecida como lócus referencial de produção de Artesanato para a América Latina e Caribe, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). As olarias, referência do distrito de Maragogipinho, estão localizadas à margem do rio Jaguaripe e instaladas como extensão de algumas casas, pois se encontram nos quintais. Conforme relatado pela comunidade, na nossa visita de campo, às margens do rio que banha a localidade, podem ser encontradas 85 olarias, consideradas oficiais. Entretanto, existem aquelas dos fundos dos quintais, que somam mais de 100. O destaque da atividade laboral desenvolvida com o barro faz com que o espaço geográfico tenha mais visibilidade do que o distrito sede, Aratuípe.

De acordo com estudos realizados por Mota (2011), o distrito de Maragogipinho tem registros oficiais do ano de 1717. A relação de Maragogipinho com a feira de caxixis

remonta da época colonial, em que os oleiros foram obrigados a pagar impostos pelas suas mercadorias produzidas. Isso ocorreu por iniciativa de um homem, de nome Patrício, que era escravizado e, sem condições de pagar, dedicou-se à fabricação de caxixis (Mota, 2011). Entende-se como caxixis o conjunto de minúsculas peças de cerâmicas com fins ornamentais, além de serem objetos lúdicos infantis. Na atualidade, Maragogipinho tem, como principal atividade laboral, a arte de transformar barro em peças artesanais. É conhecido pelas suas olarias e fabricação de cerâmicas, ornamentadas por mãos femininas, comercializadas nacional e internacionalmente (Pinto Neto, 2008). O distrito, então, passou a ser reconhecido por ser o maior produtor das peças artesanais comercializadas em feiras citadinas, o que o torna um grande mobilizador da economia local, impulsionada pelo protagonismo feminino.

3. PROTAGONISMO FEMININO DE MULHERES ARTESÃS FEIRANTES: TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA CONTRA A INVISIBILIDADE SOCIAL

Historicamente, às mulheres foi reservado o trabalho do lar. Tratando da dinâmica exercidas pelos povos tradicionais, de caracterização rural, as mulheres se inserem na cadeia produtiva do trabalho, contribuindo significativamente para o sustento das suas famílias. Em muitos casos, mesmo sofrendo o peso da divisão social e sexual do trabalho, elas se tornam protagonistas da atividade majoritária exercida nas suas comunidades, como é o caso do que ocorre em Maragogipinho, com a ação das oleiras. São essas mulheres, pobres, feirantes, artesãs, na sua maioria negras, que exercem a olaria como saber tradicional e atividade comercial, que impulsiona o desenvolvimento das cidades localizadas no entorno de Aratuípe, na Bahia. É possível, desse modo, falarmos em protagonismo negro-feminino das mulheres artesãs, as quais brunem o artesanato, redesenhando o presente, reorganizando a realidade delas ao recriar artes coloridas e formatadas por mãos guiadas por seus pensamentos.

A pesquisa teve como representantes do universo das artesãs feirantes, 10 (dez) mulheres negras aratuipenses, com idades entre 26 a 63 anos, apenas 02 (duas) não têm prole; no quesito escolarização, 01 (uma) delas é graduada em Pedagogia, as demais com ensino fundamental e médio; todas exercem atividades laborais com a argila, apenas 02 (duas) informaram que são marisqueiras, e que preferem ser reconhecidas como mulheres das águas¹, ao invés de mulheres do barro. Desse contingente feminino, apenas duas exercem atividades em olaria própria, as demais – oito mulheres – trabalham na condição de terceirizadas, contratadas por artesãos, donos de olarias. Segundo Silva (2021)², são oitenta e cinco olarias instaladas, oficialmente em Maragogipinho, no entanto, é comum esse *lôcus* de trabalho ser extensão de domicílios, pois a instalação de olarias pode se adequar a um puxadinho nos fundos ou mesmo num dos cômodos da casa.

1 Encontramos resistência de algumas mulheres para dialogarem sobre a arte com o barro, haja vista que formalmente, são registradas como marisqueiras, profissão que almejam ser aposentadas, já que como artesã e ou feirante essa possibilidade inexistente, salvo pagamento compulsório à Previdência Social.

2 Informação extraída de forma oral, em entrevista oral realizada em visita de campo para a pesquisa de estágio pós-doutoral, no dia 09 de setembro de 2021, com o oleiro Taurino Silva, em Maragogipinho,

Apenas duas mulheres são donas de olarias, sendo uma delas, responsável por todo o trabalho, desde a busca de lenha para queimar as peças artesanais até a comercialização nas feiras da capital baiana. Das entrevistas, ela é a única mulher que senta no *Torno*, peça de madeira na qual são moldadas as peças de cerâmica pelos homens. Na tradição das olarias, há divisão sexual do trabalho e o Torno, por ser pesado e responsável pela modelagem das peças de cerâmicas, é geralmente comandado por homens, às mulheres são designados o trabalho com as peças, após modeladas. O cotidiano das mulheres, mães, esposas, artesãs, profissionais, trabalhadoras e feirantes é envolto pelo continuísmo, imitação da vida cotidiana vivida pelas gerações passadas e reorganizada na contemporaneidade.

Conforme pontuado por Carneiro (2003), o protagonismo feminino, sobretudo o protagonismo negro, pode ser compreendido pela ação de mulheres que, a partir das atividades que assumem, deslocam-se do campo da subalternidade e passam à assunção de perspectivas outrora negadas a elas. Considerando as mulheres que são sujeitas deste estudo, optamos por dialogar com o feminismo negro, por entendermos que essa perspectiva teórica contempla de forma mais adequada os desafios enfrentados por essa população. Nesse sentido,

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades (Carneiro, 2003, p. 119).

Assim, escritoras como Kilomba (2019) e hooks (2019) denunciam que o protagonismo de mulheres negras é reiteradamente atravessado por questões raciais, dado que são pessoas em uma condição de dupla exclusão – mulheres e negras. Entretanto, é também a partir daí que buscam agir de forma coletiva, criando lócus de resistência à opressão social e racial. As artesãs de Maragogipinho, que atuam coletivamente, reunidas na praça, tecendo o seu ancestral trabalho, buscam brunir o barro e, assim, construir espaços de resistência – trabalhista, cultural, ancestral – na tessitura do presente, tal como, no passado, muitos homens e mulheres negras se aquilombaram na região e deram início à feitura dos artefatos para o trabalho com a olaria.

Desse modo, as práticas artesanais desenvolvidas secularmente representam um acervo de conhecimento adquirido pela oralidade associada ao ver fazer, escutando as sábias palavras dos mais velhos e mais velhas, enquanto praticam a arte de manusear o

barro, ou seja, aprende-se através da visão e audição. Essa pedagogia de ensinar fazendo e aprender pelas mãos, olhos e ouvidos se constitui como um procedimento metodológico adotado por doutoras e doutores da Universidade da Vida, a quem o imaginário dá a alcunha de iletrados e iletradas. Todavia, esses são conhecimentos imateriais guardados na memória e que deram origem aos conhecimentos contidos nos livros, sendo os ensinamentos ancestrais incomensuráveis e característicos dos povos tradicionais, tal como ocorre com o ensino do labor da olaria pelas artesãs de Maragogipe. Destaca-se, nesse sentido, que “não se pode fazer ideia do que a memória de um ‘iletrado’ pode guardar” (Bâ, 2010), como forma de visibilizar saberes ancestrais que são desconsiderados pela historiografia oficial.

Por esse viés, o trabalho da olaria é centrado nas mãos (amassa o barro, modela-o e dá vida), nos pés (comanda o torno para modelagem das peças artesanais), na cabeça (arquiteta, desenha a cerâmica), no ouvido (escuta as lições ancestrais de como trabalhar o barro) e na boca (evoca as lições aprendidas há gerações e ensinadas para não se perder o patrimônio imaterial: o saber cultural sobre a arte do barro). A metodologia para transformar barro em louças artesanais é concretizada pelas cabeças que projetam as artes e dos pés que movem o torno, que é uma peça feita de madeira, em formato circular, para auxiliar as mãos no ato de formar a louça, idealizada na cabeça de quem se senta no torno. Esse processo se inicia na retirada do barro nas fazendas da cidade, finalizando com o transporte das louças para a sua comercialização. Esse corpo de regras da reflexão e ação metodológica, de homens e mulheres no interior das olarias, no ato de modelar o barro e parir as peças artesanais é denso e valorativo. O brunir, a que se faz referência no título destes escritos, integra o conjunto desses procedimentos metodológicos das olarias. Brunir é dar brilho nas louças, polir, deixá-las sem riscos e lisas para o procedimento da queima. No passado, as mulheres brunideiras usavam pedra apropriada e panos para realizarem essa atividade. Atualmente, são usados pedra e plásticos, que são mais resistentes e têm maior durabilidade.

As mulheres, de forma comunitária e coletiva, fazem da praça lócus para o trabalho de brunir e dar vida, pelos tons/cores e desenhos para embelezar cerâmicas. Por brunir, nos referimos à etapa que precede a queima das peças artesanais. Nesse trabalho, esfrega-se uma pedra, apropriada, na parte externa das cerâmicas, em seguida, é dado o polimento com o plástico. A atividade de olaria, no espaço das comunidades relacionadas aos povos tradicionais, propulsiona uma economia criativa, visando também o direito socioambiental. Nesse sentido, as práticas oleiras adotadas proporcionam, a partir da feitura e comércio das peças, um desenvolvimento local que se alinha ao desenvolvimento sustentável, visto que a relação estabelecida com a natureza é de respeito e de subsistência. Ademais, a atividade criativa da olaria é, ao mesmo tempo, labor e alegria, pois, as cores escolhidas pelas mulheres, por exemplo, evidenciam uma perspectiva mais alegre e colorida nas peças e o ambiente tem ao redor espaços residenciais, de comércio e labor. É comum as lojas que comercializam as peças serem *lócus* de trabalho e, geralmente, as lojas são as salas de visitas, instaladas na parte da frente desses imóveis e as olarias, nas cozinhas, funcionam nos fundos, mas no mesmo espaço.

Assim, as mulheres produzem peças artesanais para comercialização e dão conta dos afazeres domésticos, os quais são, simbolicamente, um marcador social de serviços

inerentes à figura feminina. Em consequência dessa sobrecarga, mulheres submetidas a essa condição recebem o título de guerreiras. Capellin (2005), ao discutir sobre como conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego, chama a atenção para a assimetria de gênero, acirrada pela indissociabilidade entre os espaços de produção e reprodução social, sendo imposto às mulheres tituladas de “guerreiras”. Ressaltamos ser este título um desdobramento do discurso racista, no qual a mulher negra é desumanizada e com capacidade para o trabalho pesado, pois ser preta/parda significa duplicar a sua jornada de trabalho sem direito de reclamar, já que as guerreiras são incansáveis. Nesse sentido, “às mulheres é solicitado que arquem com o compromisso familiar e, ao mesmo tempo, tenham um sempre maior envolvimento ocupacional extra-doméstico, frequentemente no mercado informal” (Capellin, 2005, p. 247).

Dessa maneira, destacamos que o marcador sexo biológico incide sobre a construção social das atribuições masculinas femininas no campo do labor. A existência assimétrica no tocante às atividades laborais demarcadas pelo sexo biológico não se traduz de um processo natural. Ao contrário, é consequência de uma sociedade arraigada pelo patriarcado responsável pela exploração e opressão a que são submetidas mulheres, sobretudo mulheres negras marcadas pela desigualdade social. Em Maragogipinho, o protagonismo feminino na olaria é atravessado pela exclusão social vivenciada pelas mulheres, para quem as condições de trabalho são ainda precarizadas, recaindo em dupla jornada e, constantemente, no não reconhecimento de um vínculo formal de trabalho.

Com relação à condição de artesãs e feirantes, ao mesmo tempo em que elas impulsionam o desenvolvimento do comércio de feira livre em cidades circunvizinhas, pagam impostos para serem expositoras nesses locais itinerantes, mas não têm retorno de políticas públicas que as contemplem, muito menos são reconhecidas como empreendedoras. Frente às dificuldades que encontram na sua comunidade rural, são excluídas da proposição e acesso às políticas de bem-estar social.

Ainda assim, pelo trabalho que elas realizam, elas propiciam o fortalecimento de cidades circunvizinhas, visto que os seus produtos escoam, com frequência, para a Feira de São Joaquim, em Salvador, e para a Feira dos Caxixis, em Nazaré, por exemplo. O distrito de Maragogipinho abastece com suas peças artesanais, além das feiras fixas, as chamadas feiras itinerantes. Há, nessa perspectiva, a tradicional Feira dos Caxixis que acontece, há mais de três séculos, no período da semana Santa, na cidade de Nazaré-BA; a Festa Literária Internacional de Cachoeira – FLICA, evento literário que ocorre, anualmente, no mês de outubro, na cidade Cachoeira- BA; além do comércio de beira de estrada, localizado nas cidades de Nazaré e de Santo Antônio de Jesus. No tocante à relação entre Maragogipinho e Nazaré, pode-se destacar:

Duas cidades estão entrelaçadas através da produção e comercialização das peças. Sendo que, enquanto em Maragogipinho é realizado todo o processo produtivo dos caxixis, em Nazaré essas relíquias são expostas para diversas localidades, [...] há relatos não oficiais que a mesma contribuiu demasiadamente na reorganização e divisão flexível na produção do trabalho, contribuindo

para o desenvolvimento social, cultural e econômico para a cidade de Nazaré (Souza; Moreira, 2018, p. 4-5).

Na atualidade, a Feira dos Caxixis é promovida pelas Prefeituras de Aratuípe e Nazaré, porém, a sua materialização é condicionada ao planejamento entre governantes municipais e a Associação de Auxílio Mútuo dos Oleiros de Maragogipinho – AAMOM. Contudo, destacamos que a Feira dos Caxixis, ao longo dos anos, não tem se configurado como um atrativo comercial de artesãos e artesãs de gerações mais velhas. Há predominância de artesãos e artesãs mais jovens, que se deslocam até Nazaré para participarem do evento. Embora a feira dos Caxixis seja o vetor para a comercialização das peças artesanais de Maragogipinho, a feira popular de São Joaquim é referência para se encontrar artesanatos produzidos nas olarias desse distrito. É comum, em dias específicos da semana, ver caminhões nas ruas de Maragogipinho sendo abastecido por essas peças para serem comercializadas em Salvador.

Assim, pela feitura e práticas adotadas na olaria de Maragogipinho, entendemos ser possível reconhecer, socialmente, a atividade ancestral desempenhada, bem como os produtos e os saberes que mobiliza, como patrimônio imaterial. A olaria de Maragogipinho protagonizada por mulheres, na sua maioria negras, pode ser compreendida na condição de bem cultural imaterializado e, para efeito normativo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e a Constituição Federal de 1988 enfatizam que,

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). [...]. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade (Brasil, 2014, [s.p.]).

Desse modo, as práticas adotadas nessa localidade envolvem, ainda, uma sistemática própria da comunidade, pois as mais velhas seguem os ensinamentos herdados: as pinturas com Tauá, barro avermelhado e a Tabatinga barro de coloração branca. Esse é o perfil das peças produzidas em Maragogipinho.

[...]. As peças que são usadas o tauá poderão ser decoradas com a tabatinga, uma espécie de terra argilosa [...]. No local, ao tirar a camada amarela, encontrar-se-á a branca e, com ela serão feitos variedades de desenhos pintados com pincéis confeccionados com pelos das costas do gato ou da palha de coqueiro (Mota, 2011, p. 161).

Destacamos, nesse sentido, que o processo de investigar as mulheres na sabedoria de transformar o barro em arte, logo, a construção de conhecimentos e a compreensão da realidade na qual as mulheres se encontram enredadas, converge com novos significados atribuídos à sua arte, à apreensão da realidade na sua manifestação real a partir das experiências dos conhecimentos ancestrais. No caso das artesãs mais velhas, as suas mãos sábias imprimem os sentidos dados a partir da criação dos trabalhos de arte tradicional, pois preservam o aprendizado ao valorizar a pintura das peças de cerâmicas com a tabatinga e reinventarem os ramos como desenho artístico para dar vida aos artesanatos. Já as artesãs mais jovens introduziram o arco-íris³ para dar vida nos artesanatos e encontra-se a namoradeira⁴ até com cabelos e cílios artificiais.

Nesse contexto artístico entre a tradição e a modernidade, as singularidades geracionais são parte desse patrimônio imaterial e as mudanças societárias impactam na dinâmica laboral dessas mulheres a partir do ato de fazer, produzir, criar ou mesmo recriar. As artes em cerâmicas de Maragogipinho têm, certamente, aspectos peculiares desse povo de ontem e de hoje e que persistem na cultura do barro como matéria-prima. Geradora de trabalho rentável pela produção artesanal, é uma atividade que representa a cultura de Maragogipinho e estratégia de sobrevivência para o sustento familiar de quem vive do trabalho nas olarias.

Evidenciamos, assim, as mulheres nessa lida com o barro para a garantia da manutenção do grupo familiar. Apesar de a maioria trabalhar de modo terceirizado, são chamadas por donos de olarias para desempenharem os papéis que, segundo oleiros, são habilidades femininas, como o embelezar com as tintas e brunir as peças de barro. A partir dos registros que realizamos no nosso diário de campo, destaca-se o protagonismo de duas mulheres que ressignificam o trabalho das artesãs de Maragogipinho. Enquanto uma tem a sua própria olaria e domina todas as etapas até a comercialização de suas louças de barros, a outra é proprietária de olaria, mas contrata homens para o trabalho mais pesado e, de acordo com a procura comercial, ela compra peças inacabadas e se dedica a deixá-las em ponto de serem comercializadas.

Desse modo, as práticas com a atividade artesanal e os seus atrativos para sua comercialização têm contribuído para reflexões teóricas no tocante à metodologia escolhida no ato de criar ou recriar, no sentido de optar pela moda contemporânea. Segundo Leite (2005), a relevância para essa crítica contribui para o entendimento de escolher como fazer as peças artesanais. O autor desenvolve o pensamento a partir das visões tradicionalistas que trabalham a preservação e a manutenção da herança ancestral, sendo o rigor na arte de fazer indissociável do legado da sabedoria secular. Já a visão mercadológica consiste nos atrativos e exigências do mercado e adequar as produções ao modismo estético, atrativos aos olhos de quem compra.

Ressalta-se, nesse sentido, que um outro fator que tem direcionado a compra por parte dos consumidores é a busca por produtos sustentáveis, que sejam produzidos a

3 No sentido figurado, entende-se por efeito arco-íris a sintonia de matizes adquiridas pelas tintas industrializadas e usadas para dar cores e embelezar peças artesanais como as namoradeiras, galinhas pintadas, pássaros coloridos, dentre outros artesanatos encontrados nas lojas instaladas no entorno da praça de Maragogipinho.

4 A namoradeira é uma peça artesanal com características feminina adquirida para embelezar ambientes externos e internos.

partir de práticas alinhadas a um desenvolvimento local. Esse tipo de desenvolvimento busca integrar práticas sustentáveis à economia, visando o bem-estar da coletividade social. Nesse viés, caminha-se com a perspectiva do socioambientalismo como um direito dos povos tradicionais, tal como discutido por Silva (2008).

Dessa maneira, tratando-se da comunidade oleira de Maragogipinho, é possível afirmar que há um esforço coletivo que prioriza uma relação sustentável entre a produção oleira e a extração dos recursos naturais, a partir dos quais há a feitura do artesanato. Ainda assim, das artes produzidas às posturas assumidas, o protagonismo das mulheres oleiras aratuipenses se constitui como um lócus de resistência afrocultural, bem como à ausência de políticas públicas que proporcionem melhores condições de vida nessa localidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos o protagonismo feminino de mulheres artesãs em Maragogipinho, na Bahia, concluímos e defendemos que essas mulheres, majoritariamente negras, formam, no Recôncavo Baiano, um polo de resistência afrocultural e protagonismo feminino, atinente à preservação ambiental na transformação do barro e desenvolvimento das cidades. A indissociabilidade entre a produção cultural e os contextos sociais de quem tem na arte a estratégia para driblar a pobreza material e a exclusão social imposta, torna imprescindível a preservação cultural enraizada e influenciadora na convivência diária dessa comunidade da tradição com o barro. Há, nesse sentido, a memória de um legado da sabedoria ancestral africana e ameríndia que, através de um labor ancestral, reelabora a existência dessas mulheres e das suas famílias em Maragogipinho.

Conforme é possível observar neste texto, as práticas da olaria apresentam também uma divisão do labor entre homens e mulheres, socialmente estruturada e originária do discurso sexista para sujeitar a figura feminina à condição de vitimizada, submissa e incapaz de responder ao mundo do trabalho delimitado aos homens. No entanto, as mulheres de Maragogipinho, que lidam com o barro, assumem um protagonismo que é, ao mesmo tempo, comunitário, coletivo, visando o desenvolvimento local, de forma sustentável. Com as suas práticas, contribuem ainda para o desenvolvimento de cidades circunvizinhas, fortalecendo o comércio dessas localidades com o artesanato que produzem. Sendo mulheres que exercem a condição de feirantes, não são, contudo, contempladas por políticas públicas que promovam o bem-estar social, forçando-as a um estágio de escassez material. Consequentemente, há outras carências, como saúde e educação, que propiciam a exclusão social a essas mulheres artesãs.

Todavia, elas brunem o artesanato para redesenhar a vida. É a partir das práticas desenvolvidas na olaria que, ao brunirem as peças de barro, instrumentalizam e redesenham o presente em suas vidas, transformando a sua arte e o espaço do fazer artesanal em um lócus de resistência. Elas seguem, assim, protagonizando, como as suas ancestrais, lutas contra a desigualdade de gênero, a pobreza, o machismo, a exclusão social, bem como reafirmam uma estética afrocultural que valoriza a sua ancestralidade e sua

cultura. Tal como o barro, elas resistem e se transformam, num encontro entre as novas e as antigas gerações.

REFERÊNCIAS

ALVARES, S. A pedagogia artesã como práxis educativa em culturas populares tradicionais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e186330, p. 1-22, maio 2019.

BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África I**. Metodologia e pré-história da África. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-210

BAHIA. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **Perfil dos territórios de identidade da Bahia**. 2016. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Patrimônio Imaterial. **Portal do IPHAN**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CAPPELIN, P. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre o público e o privado. *In*: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 241- 267

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, dez. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 19 out. 2022.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aratuípe. **IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/aratuípe/panorama>. Acesso em: 19 out. 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação** : Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, R. P. Modos de vida e produção artesanal: entre preservar e consumir. *In*: ARTESOL (Org.). **Olhares itinerantes e reflexão sobre artesanato e consumo de tradição** - Modos de vida e produção artesanal. São Paulo: Central ArteSol, 2005. p. 27-42

MOTA, U. **Louça de Deus: o Caxixi em Maragogipinho**. Salvador: Editora Fast Design, 2011.

PINTO NETO, A. **A atividade ceramista artesanal de Maragogipinho e a relação com a degradação ambiental**: perspectivas e sustentabilidade. Orientador: Márcia Mara de Oliveira Marinho . 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10794>. Acesso em: 15 out. 2021.

SILVA, J. K. Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial. *In*: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16., 2008. Caxambu. **Anais...**, Caxambu- MG: [s.n.], 2008. p. 1-15. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/3425/3284>. Acesso em: 10 out. 2022.

SOUZA, T.; MOREIRA, R. S. Das olarias aos encantos: feira de caxixis uma beleza cultural de Nazaré – BA. *In*: XII Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 12.,

2018, São Cristóvão-SE. **Anais...** São Cristóvão-SE: Editora, 2018. p. 1-10. Disponível em:
<https://bit.ly/3GLOAD>. Acesso em: 15 out. 2021.